

IV

D. Luís à Charles Quint
Lisbonne, 20 août (1530)

1. D. Luís remercie l'Empereur de sa lettre, que Lope Hurtado lui a remise en mains propres, et se dit attristé d'apprendre le décès de l'infant (D. Fernando). 2. Il lui fait part de son profond regret d'être contraint de renoncer à son projet africain durant l'été.

Senhor,

Lopo Furtado me deu a carta de Vossa Mayestade com toda a comta que de seus negocyos me mandou dar, que recebo em muy gramde merçe polo comtemtamentto que levo em saber novas de todos seus boms sucedymentos, que sempre lhe deseyo tam prosperos quamto ele mesmo podera deseyar, e a ysto me obryga agora toda(s) las outras obrygações ver que Vossa Mayestade mostra ter de my esta mesma presemça, poys me quer sempre fazer saber de como suas cousas passam em que me paga quamto me apraz todo acrecentamentto de sua omra e fama e quamto pesar recebo de suceder cousa que lhe darem noyo como agora eu ove ao falecymmento do imfante seu fylho, de quem ouvera tamto myster comsolado como a Emperatriz mynha irma ou mayor, porque semty aquela semtya e o que eu devya de semtyr e porem com a esperamça d'outros fylhos que lhe Nosso Senhor dara, e a razam e bem a falta deste, poys ele assy era servydo e nam falo mays nesta materea porque a ouvera por tempo perdydo que virlhe alguem dar consolaçam podemdo ele dar anymo e descryçam a todos.

Quanto a mynha passada em Afryca, nam pode ser este verão por alguns empedymentos que sobrevyeram a el Rey meu senhor, aymda qu(e) eu bem quysera que fora, porque a dylaçam dos trabalhos vyrtuosos e omrados é muy noyosa a quem a por muy bayxa a vyda onoyosa, e este bom exempro devemos a Vossa Magestade poys se colhe das suas tam samtas e altas empresas, a que Nosso Senhor deu fym que merecem, com tamto acrecentamentto de sua vyda e muito alto estado quamto Vossa Majestade desseyra.

De Lysboa, a vymte d'agosto.

Beyjo as mãos de Vossa Majestade.
El infante Dom Luis

E. 369/16.

FERNÃO LOURENÇO, TESOUREIRO E FEITOR DA CASA DA MINA E DA ÍNDIA (c. 1481-1504). UMA CARREIRA DE SUCESSO ¹

por

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA
Universidade de Lisboa

A expansão portuguesa permitiu o enriquecimento e a ascensão social de inúmeros indivíduos. Estes, na sua maioria, tiveram que se sujeitar a viagens arriscadas, à fortuna da guerra e a estadas demoradas ou definitivas em territórios extra-europeus ². Um núcleo mais restrito tirou proveito deste

¹ Este artigo não pretende analisar exaustivamente a biografia de Fernão Lourenço. Recorremos essencialmente aos dados proporcionados pela documentação publicada nos *Portugaliae Monumenta Africana* e pelos índices informatizados da Chancelaria de D. Manuel I. Estes últimos revelaram-se particularmente preciosos pois apresentam dados que não constam nos velhos índices de chancelaria, como é o caso da identificação dos escrevães que redigiam a documentação da Coroa. Os elementos recolhidos aí mostram que uma análise completa da carreira de Fernão Lourenço, sobretudo no que se refere aos anos do reinado de D. Afonso V, exige uma pesquisa mais sistemática, mas que seria assaz demorada e de momento impraticável. Ainda assim, estamos em crer que dispomos de elementos suficientes para delinear os aspectos fundamentais da sua vida. O índice informatizado da Chancelaria de Afonso V, que não tem referências aos escrevães que redigiram os documentos, não fornece elementos úteis para este trabalho; revela-nos um emaranhado de homónimos, mas parece não incluir referências às nomeações régias relativas ao nosso Fernão Lourenço.

² Existe hoje um número considerável de estudos biográficos que ilustram claramente esta realidade. Veja-se, por exemplo, o volume 5 (1990) da revista *Mare Liberum*, em que foram publicados os trabalhos resultantes do projecto de investigação «From Biography to History: Essays in the Social History of Portuguese Asia» dirigido por Sanjay Subrahmanyam e Kenneth McPherson. Vejam-se também os volumes que dirigimos recentemente *A nobreza e a expansão. Estudos biográficos*, Cascais, *Patrimonia Historica*, 2000; *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e construtores do Estado da Índia*, Lisboa, *Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, 2000. São também elucidativos os nossos estudos «Simão de Andrade, fidalgo da Índia e capitão de Chaul», in *Mare Liberum*, Lisboa, *CNCDP*, n.º 9 (*O Estado da Índia e a Província do Norte, actas do VII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*), 1995, pp. 99-116; «Leonel Coutinho, um dos primeiros veteranos da Carreira da Índia», in *A Carreira da Índia e as rotas dos estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa* (ed. Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz), Angra do Heroísmo, 1998, pp. 627-666; *A nobreza e a fundação do Estado Português da Índia* (comunicação apresentada ao Congresso Internacional Vasco da Gama, homens, viagens e culturas, Lisboa, 4 a 7 de Novembro de 1998, que será publicada em breve nas respectivas actas. Outro estudo importante para compreender

mesmo processo sem ter que correr tamanhos riscos. Alguns nunca tiveram sequer de sair do espaço europeu e outros limitaram-se a participar nalguma expedição militar a Marrocos.

Assim, muitos indivíduos possuidores de grossos cabedais investiram a sua fazenda nos negócios ultramarinos; financiaram expedições, arrendaram o trato de certas áreas ou assumiram o papel de importadores e redistribuidores dos produtos raros que vinham de Além-mar. Além dos grandes mercadores, também os nobres investiram somas consideráveis no trato intercontinental. Após a iniciativa pioneira do infante D. Henrique³, dedicaram-se a estas actividades grandes mercadores como Bartolomeu Marchioni⁴, membros da baixa nobreza endinheirados como Fernão Gomes⁵, ou fidalgos e mesmo titulares, como Fernão Teles de Meneses, D. Diogo Lobo, 2.º barão do Alvito⁶, D. Diogo da Silva Meneses, 1.º conde de Portalegre⁷, D. João de Meneses, 1.º conde de Tarouca⁸ ou D. João de Vasconcelos e Meneses, 2.º conde de Penela⁹.

este fenómeno é o de Miguel Jasmins Rodrigues, *Organização dos poderes e estrutura social. A Madeira: 1460-1521*, Cascais, *Patrimonia Historica*, 1996.

³ Para o período henriquino salientamos os estudos de Luís Filipe de Oliveira, «A expansão portuguesa: um processo de recomposição social da nobreza», in *Jornadas de História Medieval. 1383/1385 e a crise geral dos séculos XIV/XV. Actas*, Lisboa, 1985, pp.199-207; Luís Filipe Thomaz, «A evolução da política expansionista portuguesa na primeira metade de Quatrocentos», in *De Ceuta a Timor, Carnaxide, Difel*, 1994, pp. 43-147.

⁴ Revendedor de escravos no reinado de D. Afonso V, arrendatário do trato dos escravos na última década quatrocentista, armador de naus da Carreira da Índia no início do século XVI, Marchioni foi provavelmente o primeiro grande capitalista a concentrar parte significativa dos seus investimentos no comércio ultramarino. Sobre a sua figura e os seus negócios vide A. A. Marques de Almeida, «Marchioni, Bartolomeu», in *Dicionário de História dos Descobrimentos*, 2 vols., Lisboa, *Círculo dos Leitores*, 1994; Manuel Nunes, *O capitalismo monárquico português (1415-1549)*, 2 vols., Coimbra, *Instituto Histórico de Estudos Dr. António de Vasconcelos*, 1964; Vitorino Magalhães Godinho, *Descobrimentos e economia mundial*, 4 vols., Lisboa, *Estampa*, 1982-1983.

⁵ Sobre o papel de Fernão Gomes na história da expansão portuguesa veja-se o nosso artigo, «D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II», in *Mare Liberum*, Lisboa, *Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*, n.º 17, 1999, pp. 39-71.

⁶ O barão nunca participou em campanhas militares em Marrocos, mas o seu nome consta, por exemplo, na lista dos investidores que tiveram licença da Coroa para carregar «ao partido do meio» na armada da Índia de 1508, comandada por Jorge de Aguiar. Cf. A. A. Banha de Andrade, *História de um fidalgo quinhentista português. Tristão da Cunha*, Lisboa, *Instituto Histórico Infante D. Henrique*, 1974, p. 215. Sobre esta personagem é particularmente útil o estudo de Alexandra Pelúcia, «A baronia do Alvito e a expansão manuelina no Oriente». Comunicação apresentada ao Colóquio Internacional *A alta nobreza e a Fundação do Estado da Índia* (Lisboa, 16-19 de Outubro de 2001), a publicar brevemente nas respectivas actas.

⁷ O conde foi um dos armadores particulares que investiu na armada de Pedro Álvares Cabral.

⁸ O conde de Tarouca, embora pessoalmente envolvido nas campanhas marroquinas, também negociou na Carreira da Índia, nomeadamente na armada de 1508. Cf. A. A. Banha de Andrade, *op. cit.*, p. 216.

⁹ Filho do 1.º conde, que batalhara repetidamente em Marrocos, D. João parece nunca ter estado em África, mas tinha interesses na Madeira, entrou no negócio das especiarias e veio a

Outros homens que lograram enriquecer e enobrecer-se, permanecendo no país, foram os oficiais do novo aparelho administrativo, criado para controlar o comércio ultramarino e para coordenar a logística que assegurava o funcionamento das rotas transoceânicas. Num estudo recente procurámos caracterizar os funcionários que desempenharam tais cargos, ao longo do século XV¹⁰. Notámos então que, na sua grande maioria, pertenciam à baixa nobreza e que estavam ligados à Casa Real. Esse modelo, que havia sido desenvolvido por D. Afonso V no âmbito da sua política de centralização do poder¹¹, foi depois continuado pelos seus sucessores.

Fernão Lourenço inclui-se neste grupo. Serviu continuamente a Coroa pelo menos durante 55 anos (1449-1504), tendo merecido a confiança de três monarcas. Em meados do século XV era escudeiro da Casa Real, mas em 1483 já era cavaleiro da Casa d'el-rei, e por volta de 1499 passou a integrar o núcleo restrito dos membros do Conselho. Os seus rendimentos também cresceram consideravelmente ao longo do tempo, pelo que no final da sua vida era um homem abastado, poderoso e influente. Parece-nos, pois, que a sua carreira é um excelente exemplo das repercussões do fenómeno expansionista em certos sectores da baixa nobreza.

1. De escrivão da Fazenda Real a tesoureiro e feitor da Casa da Mina

De origem familiar obscura, Fernão Lourenço terá começado a servir a Coroa ainda jovem. É o que se depreende, por exemplo, do texto da carta em foi nomeado feitor da Casa da Mina; nesse documento, D. João II começava por justificar a decisão na «muita criação que Fernam Lourenço [...] tem del rei meu senhor e padre»¹². Pouco se sabe sobre os seus familiares; encontramos uma referência a seu irmão Lourenço Fernandes¹³, e é certo que casou com Filipa Caldeira. Desconhecemos, todavia, a data do enlace, assim como a progenitura da consorte.

Integrado nos quadros da burocracia régia, foi escrivão da Fazenda por mais de três décadas. Tanto quanto podemos entender, a sua vida ter-se-á

ser capitão da ilha do Fogo. Cf. Célia Santana, «D. João de Vasconcelos, conde de Penela. Um titular alheado da expansão guerreira». Comunicação apresentada ao Colóquio Internacional *A alta nobreza e a Fundação do Estado da Índia* (Lisboa, 16-19 de Outubro de 2001).

¹⁰ Cf. o nosso artigo «A formação do aparelho central da administração ultramarina no século XV», in *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, *CHAM*, vol. II, 2001, pp. 87-114.

¹¹ Sobre o processo de centralização do poder levado a cabo por D. Afonso V, seguimos João Cordeiro Pereira, «A estrutura social e o seu devir», in *Nova História de Portugal* (dir. de Joel Serrão e de A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, *Editorial Presença*, vol. V, *Portugal. Do Renascimento à crise dinástica* (dir. de João Alves Dias), 1998, pp. 277-336.

¹² *Portugaliae Monumenta Africana* (doravante PMA), Instituto de Investigação Científica Tropical / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, I, p. 372.

¹³ Citado numa carta de mercê a Afonso de Albuquerque de um padrão de tença de 25 000 réis anuais, assente na Casa da Guiné. Cf. PMA, II, p. 291.

confundido então com as itinerâncias do monarca. A carta mais antiga que conhecemos saída do seu punho data de 17 de Agosto de 1449, quando deu forma escrita aos privilégios concedidos por D. Afonso V aos moradores de Paços da Serra, no termo da Atouguia¹⁴.

Para este longo período não dispomos de muitos dados, senão as marcas que ia deixando nos documentos que redigia. É possível que tenha acompanhado D. Afonso V nas expedições a Marrocos, e é seguro que participou na campanha de 1475-1476, por terras castelhanas, e que esteve presente na batalha de Toro¹⁵. Enquanto decorria o governo afonsino, Fernão Lourenço terá granjeado, certamente, a confiança do rei e do príncipe; tudo indica que o escrivão, vivendo na corte, se apercebeu da importância das Descobertas e do comércio e das missões político-militares que lhes estavam associados. É muito provável que Fernão Lourenço tenha começado a desempenhar o cargo de tesoureiro e feitor da Casa da Mina em 1481.

A carta de mercê do ofício foi assinada pelo rei a 7 de Setembro de 1486 mas era aí afirmado que o feitor já desempenhava então tais funções¹⁶. O documento mais antigo que o referencia no cargo é uma carta de perdão de 12 de Agosto de 1483, por que Mose Levi, judeu mourisco, devia pagar 100 dobras de ouro a Fernão Lourenço, «feitor dos nosos traotos de Guinee em Lixboa»¹⁷. Outros indícios, porém, levam-nos a recuar um pouco mais o início da sua actividade na gestão dos negócios ultramarinos.

Note-se, em primeiro lugar, que o seu imediato antecessor parece ter sido Gil Eanes, cavaleiro da Casa Real. Este, a 17 de Março de 1486, recebeu carta de quitação pelos serviços prestados entre 1476 e 1481¹⁸. A este facto acrescenta-se a informação existente nas crónicas de Rui de Pina e de Garcia de Resende. Ao relatar os sucessos da armada que foi edificar a fortaleza de São Jorge da Mina, saída do Reino em Dezembro de 1481, Pina afirma que tendo já vários homens recusado o comando da expedição, o primeiro que «a quis emprender foy Fernã Lourenço, que era seu escrivam da Fazenda e tynha cargo do Tesouro e Feitoria destes tratos, e depois o teve por ofício»¹⁹. Também Resende relata que Fernão Lourenço se ofereceu referindo-o como «escrivam da fazenda que depois foy feitor das casas da India e da Mina, homem muito honrado»²⁰. Tendo em conta o desfasamento que houve, de

¹⁴ Esta carta foi confirmada por D. Manuel I a 27/7/1497. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 28, fl. 73-73v.

¹⁵ A 18/3/1476, redigiu aí uma carta de mercê da jugada que era devida pelos lavradores da quinta de São João de Rio Maior, que foi depois confirmada por D. Manuel I, a 4/11/1496. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 19, fl. 41.

¹⁶ Cf. PMA, I, p. 372.

¹⁷ PMA, I, p. 312.

¹⁸ Cf. PMA, I, p. 363.

¹⁹ Rui de Pina, *Chronica d'elrey D. João II*, cap. II.

²⁰ Garcia de Resende, *Chronica que trata da vida e grandissimas virtudes, e bondades, magnanimo esforço, excellentes costumes, e manhas, e claros feytos do christianissimo Dom Ioam o segundo deste nome, e dos reys de Portugal o decimo tercio de gloriosa memoria*, cap. xxv.

facto, entre o início das actividades de Fernão Lourenço na Casa da Mina e a nomeação oficial, é possível que já estivesse a desempenhar as funções no final de 1481, até porque não conhecemos referências a outros indivíduos que exercessem esse cargo entre Gil Eanes e Fernão Lourenço.

A demora na formalização da mercê do ofício de feitor talvez tenha resultado da acumulação de funções que lhe haviam sido confiadas. Com efeito, sabemos que em Outubro de 1483 era referido como «cavalleiro da nossa Cassa e esprivaão de nossa Fazenda e feitor por nos dos nossos tratos de Guinee que ora tem carregio da guarda da dita nossa Torre do Tombo»²¹.

Assim, no período conturbado do início do reinado joanino, Fernão Lourenço era um elemento da confiança pessoal do monarca. Entretanto, ao assumir funções mais importantes, Lourenço já ocupava uma posição superior na hierarquia do seu grupo social²². Finalmente, importa realçar o seu oferecimento para comandar a expedição à Guiné. Tal atitude significa que era um indivíduo com uma certa ousadia e com muita ambição de ganhar honra e proveito; como muitos outros membros da nobreza, viu na empresa dos mares a possibilidade de acelerar a sua carreira. Curiosamente, ao contrário da maioria dos seus pares, não necessitou de desafiar o Oceano para beneficiar das novas oportunidades criadas pelos Descobrimentos.

2. O feitor

Depois de ter sido escrivão da Fazenda durante mais de 30 anos, Fernão Lourenço geriu os negócios ultramarinos ao longo de mais de dois decénios, continuando sempre a merecer o apreço dos governantes. Pelo ofício que desempenhava e pela sua experiência e idade, era agora um homem respeitado. Os cronistas de D. João II referem-no como organizador de grandes festas; Rui de Pina lembra o seu bom trabalho, em 1486, aquando da passagem por Lisboa de um grande de Inglaterra²³, enquanto Garcia de Resende, ao descrever as bodas do príncipe D. Afonso, afirma: «E destes dous banquetes foy veador, e ordenador Fernam Lourenço, feytor da casa da Mina, que foy nisso muyto polido, e abastado.»²⁴ Estas referências levam-nos a crer

²¹ PMA, III, p. 133. A informação encontra-se numa confirmação da doação da capitania do Funchal a João Gonçalves Zarco, requerida por seu neto, Simão Gonçalves da Câmara, assinada em 15/6/1501, em que são mencionadas diligências levadas a cabo por Fernão Lourenço em 1483.

²² Não sabemos a data exacta em que Fernão Lourenço alcançou o grau da cavalaria. Aparentemente, o novo ofício era atribuído a indivíduos com este estatuto, mas também alguns escrivães da Fazenda eram cavaleiros da Casa Real. É o caso, por exemplo, de João Vogado, em 1462. Cf. PMA, I, pp. 112-113.

²³ Cf. Rui de Pina, *op. cit.*, cap. xxi.

²⁴ Garcia de Resende, *op. cit.*, cap. cxxv.

que Fernão Lourenço terá estado ligado a outras cerimónias semelhantes, em virtude da sua competência e da confiança do rei.

Pouco depois de subir ao trono, a 10 de Fevereiro de 1496, D. Manuel I confirmou-lhe o ofício²⁵. Nos anos seguintes, a complexidade da feitoria da Casa da Mina cresceu rapidamente, sobretudo com a criação da Carreira da Índia. A nova rota exigiu a mobilização de muitos mais recursos para que fosse possível ter prestes armadas numerosas com milhares de homens e os respectivos víveres²⁶, apetrechos náuticos e armas, ao mesmo tempo que obrigava os oficiais régios a estudarem o modo como os produtos asiáticos se comportavam nos mercados europeus. Nos primeiros anos de intervenção da Coroa lusa em dois oceanos e quatro continentes, foi Fernão Lourenço, um homem idoso, com mais de 60 anos, que coordenou toda a actividade. O seu engenho e competência justificaram então nova honraria, e antes de 13 de Março de 1499 foi nomeado membro do Conselho d'el-rei²⁷.

A escassa documentação que chegou até nós dá-nos, ainda assim, uma ideia da imensa e complexa actividade em que Fernão Lourenço estava envolvido.

Competia-lhe, em primeiro lugar, gerir o trato do Ultramar, pelo que vemos o seu nome incluído, por exemplo, em documentos ligados a outros agentes da expansão, a oficiais que forneciam géneros para aqueles negócios. É o caso do patrão da nau *São Cristóvão*²⁸, do almoxarife dos fornos de biscoito de Lisboa²⁹, do almoxarife de Oeiras³⁰, do almoxarife dos escravos³¹, o recebedor da sisa dos panos de Lisboa³², o recebedor da sisa dos

²⁵ Cf. PMA, II, p. 236.

²⁶ Referindo-se à armada de Pedro Álvares Cabral, Luís Adão da Fonseca salienta a importância dos trabalhos preparatórios em terra, e calcula que terão sido embarcadas cerca de 1000 toneladas de abastecimentos. Cf. Luís Adão da Fonseca, *Pedro Álvares Cabral, uma viagem*, Lisboa, 1999, *Edições Inapa*, p. 30. Sobre a complexidade dos trabalhos que estavam associados à preparação das armadas é particularmente importante, ainda que respeitante a um período posterior, o estudo de Leonor Freire Costa, *Naus e galeões na Ribeira de Lisboa. A construção naval no século XVI para a Rota do Cabo*, Cascais, *Patrimonia*, 1997.

²⁷ A menção mais antiga ao seu novo estatuto aparece na carta de mercê a Pero Barroso do ofício de guarda das caravelas que vinham da Guiné e da Mina, a 13/3/1499. Cf. PMA, II, p. 396.

²⁸ Na carta de quitação dada a Bartolomeu Dias, a 27/2/1498, é referida uma entrega do feitor da Casa da Mina no valor de 37 000 réis. Cf. PMA, II, pp. 344-345.

²⁹ A 15/2/1498, a Coroa passou carta de quitação a Jacome Dias, pelos serviços prestados entre 1487 e 1494; são mencionadas entregas de dinheiro de Fernão Lourenço que somam 200 000 réis. Cf. PMA, II, pp. 340-341.

³⁰ A 13/3/1499, forneceu 390 almudes de vinho a Fernão Lourenço. Cf. PMA, II, p. 397.

³¹ A carta de quitação passada pela Coroa aos herdeiros de João do Porto, pelo seu desempenho como almoxarife dos escravos entre 1486 e 1493, refere que o almoxarife recebera do feitor várias quantias de dinheiro, que somavam 732 850 réis, 216 cavalos, 2 moios de cevada e 852 panais de palha. Cf. PMA, III, pp. 31-34.

³² Afonso Martins, que exercera o cargo em 1488 e 1489, recebera 310 000 réis do feitor. Cf. PMA, II, pp. 346-347.

vinhos de Lisboa³³, o recebedor dos moinhos de Vale de Zebro³⁴, um enviado d'el-rei a Fez³⁵, o feitor na Inglaterra³⁶, o feitor de Safim³⁷ ou o capitão de Arguim³⁸. Além destes casos em que a documentação refere explicitamente o envolvimento de Fernão Lourenço, outras cartas aludem ao envio de mercadorias e dinheiro pelos oficiais da Casa da Mina para várias feitorias, como as de Ourão e de Mazagão, operações que eram controladas, em regra pelo feitor. Este também disponibilizou certas quantias para a construção de infraestruturas relacionadas com as actividades marítimas³⁹.

Os testemunhos da sua actividade dão-nos ainda alguns indícios do modo como uma parte das receitas do comércio ultramarino era injectada na economia interna. Assim, encontramos Fernão Lourenço associado ao financiamento de missões ao estrangeiro⁴⁰ e de obras públicas, nomeadamente o mosteiro de São Francisco, em Évora⁴¹, reparações de fortalezas⁴², ou

³³ Pela carta de quitação de 1/3/1498, sabemos que Francisco Pestana, no âmbito das suas funções em 1483 e 1485-1491, recebera 50 000 réis de Fernão Lourenço. Cf. PMA, II, pp. 348-349.

³⁴ Na carta de quitação aos herdeiros de Pero Brandão, a 17/2/1500, é mencionado um pagamento de 140 000 réis efectuado por Fernão Lourenço. Cf. PMA, III, pp. 13-14.

³⁵ Na carta de quitação passada aos herdeiros de Diogo Álvares Vaquinha, a 14/1/1496, é referido que este recebera do feitor prata, pimenta, açúcar e tecidos. Cf. PMA, II, pp. 229-230.

³⁶ A carta de quitação de Jorge Caldeira, de 16/1/1501, refere que o feitor da Casa da Mina lhe enviara 59 quintais e 25 arráteis de malagueta. Cf. PMA, III, p. 101.

³⁷ A carta de quitação ao feitor Nuno Fernandes, emitida a 26/8/1501, refere remessas de Fernão Lourenço que totalizaram 1 385 600 réis e 838 marcos 2 onças e 1 oitava de prata, enquanto a de Rui Fernandes de Almada, de 27/6/1504, cita o envio de muitas mercadorias, como lenços, canela, gengibre, manilhas, pimenta ou tafetá, pelo feitor. Cf. PMA, III, pp. 164-165 e 379-380.

³⁸ A carta de quitação de Fernão Soares, relativa ao governo daquela praça entre 10/5/1499 e 31/12/1500, emitida a 20/3/1503, cita igualmente o envio pelo feitor da Casa da Mina de inúmeros produtos necessários para o comércio local, como alquicés, alambéis, pano de Londres, barretes ou bacias de várias sortes. Cf. PMA, III, pp. 305-306.

³⁹ A 18/5/1498 foi emitida a carta de quitação de João de Alter, pelo seu desempenho como recebedor do paço da Madeira e almoxarife dos paços de Lisboa entre 1486 e 1495. Este tivera ainda a seu cargo a construção de fornos de biscoito e recebera 210 000 réis de Fernão Lourenço, e ainda mais 150 000 de Lopo Mendes, recebedor dos tratos da Guiné. Mais tarde, a 21/6/1502, Nuno Gato foi quite das obras de construção de moinhos e fornos em Vale de Zebro. De um total de 1 456 000 réis que lhe haviam sido confiados, 60 600 tinham sido entregues por Fernão Lourenço, a que se acrescentavam mais 150 000 disponibilizados por Henrique Figueiredo, então o recebedor do trato da Guiné. Cf. PMA, II, pp. 368-371, III, pp. 262-263.

⁴⁰ Na carta de quitação passada a Fernando Góis, relativa aos seus serviços como recebedor da sisa das herdades e da fruta de Lisboa em 1493 e 1494, é referido que este recebera 190 000 réis de Fernão Lourenço para as despesas da viagem a Inglaterra de Garcia de Melo e do Dr. Diogo Pinheiro. A 14/3/1499, Gaspar Pereira recebeu quitação da sua viagem a Constantinopla em que é citada a entrega de 10 000 réis por parte do feitor. Cf. PMA, II, pp. 327 e 398-399.

⁴¹ Entre as verbas que Gonçalo Coelho recebera em 1490 para as obras de edificação do mosteiro figuravam 200 000 réis entregues por Fernão Lourenço. Cf. PMA, II, pp. 304-305.

⁴² Na carta de quitação passada a Cristóvão de Baião pelos serviços que prestara em 1493 no acompanhamento das obras nas fortalezas de Trás-os-Montes é referido o pagamento de

outras pequenas intervenções⁴³. O feitor fez também várias remessas destinadas a ajudar o pagamento de tenças⁴⁴, gastos correntes da corte⁴⁵ ou mesmo o abatimento da dívida pública⁴⁶.

Os pagamentos de que temos registo somam uma quantia assaz avultada, mas representam apenas uma pequena parcela das verbas extraordinárias que passaram pelas mãos de Fernão Lourenço. Para lá de todos os produtos valiosíssimos que eram transaccionados, atente-se nos quantitativos de ouro africano de que o feitor teve de prestar contas à Coroa. Embora o seu ofício fosse designado como «tesoureiro e feitor da Casa da Mina», não lhe coube sempre o controlo das entradas de ouro. Para o período que vai de 1481 a 1504, há dois hiatos em que se desconhece o responsável pelas operações (1481-1486 e 1503-1504)⁴⁷. Nos restantes anos Fernão Lourenço alterou esta tarefa com o recebedor Lopo Mendes. Este último recebeu cartas de quitação relativas aos períodos entre 1 de Outubro de 1486 e 24 de Agosto de 1488 e entre Março de 1494 e Abril de 1497⁴⁸. No que respeita a Fernão Lourenço, este recebeu o equivalente a 382 179 898 réis entre Agosto de 1488

200 000 réis por Fernão Lourenço; depois a quitação de Gomes da Costa que coordenara trabalhos semelhantes na região de Entre Tejo e Guadiana, menciona o pagamento de 300 000 réis pelo feitor. Cf. PMA, II, p. 306, III, p. 486.

⁴³ Na carta de quitação passada à viúva de Afonso Fidalgo, pelos serviços que este prestara como almoxarife de Benavente, em 1494 e 1495, no corregimento do paul, constava uma remessa de Fernão Lourenço no valor de 190 000 réis e outra de Lopo Mendes de 50 000 réis. Cf. PMA, II, p. 326.

⁴⁴ A título de exemplo, veja-se que, a 27/6/1490, João de Ferreira recebeu carta de quitação pelo desempenho do ofício de pagador da guarda dos ginetes entre Agosto de 1483 e Março de 1489. Neste período gastara 13 141 080 réis, de que 2 766 000 haviam sido entregues por Fernão Lourenço. Mais tarde, a 21/2/1500 na quitação a Fernão de Noronha, que fora tratador das moradias régias, é mencionada a entrega de 1 070 000 réis pelo feitor. Cf. PMA, II, pp. 52-53, III, pp. 23-24.

⁴⁵ A carta de quitação passada, em 23/4/1499, a Fernão Lopes Correia, que fora guarda-roupa d'el-rei, refere pagamentos efectuados por Fernão Lourenço no valor de 4 834 000 réis e 4000 dobras. A 30/4/1499, igual documento emitido em nome de Martim Afonso, comprador d'el-rei cita uma entrega de 240 000 réis por parte do feitor. Passado um ano, a 4/6/1501, nova quitação ao mesmo Martim Afonso dá conta que o comprador do rei gastara nos últimos 18 meses 4 435 500 réis, de que 3 042 000 haviam sido disponibilizados por Fernão Lourenço em 14 prestações. Registe-se ainda que Lourenço Serra, que a 3/6/1500 recebeu quitação do tempo em que servira a *Excelente Senhora*, houvera 423 000 réis do feitor. Cf. PMA, II, pp. 408-410, 432, III, pp. 67-68, 130-131.

⁴⁶ A 14/4/1502, Álvaro Pacheco recebeu carta de quitação por ter saldado empréstimos contraídos pela Coroa aquando da invasão de Castela, em 1475, no valor de 11 669 882 réis. Para o financiamento desta operação, o feitor disponibilizara 4 031 115 réis. Cf. PMA, III, 248-249.

⁴⁷ Cf. Manuel Nunes Dias, *O capitalismo monárquico português (1415-1549)*, 2 vols., Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1964, vol. II, p. 136.

⁴⁸ No primeiro caso, Lopo Mendes recebeu o equivalente a 95 306 252 réis (a uma média anual de 52 079 919 réis) e no segundo 221 367 997 réis (a uma média anual de 71 872 726 réis). Cf. PMA, II, pp. 485, 488-491. Manuel Nunes Dias, *O capitalismo monárquico português...*, vol. II, p. 136.

e Março de 1494, a 368 271 656 réis entre Abril de 1497 e Abril de 1502, e a 78 487 336 réis entre 25 de Agosto de 1503 e Setembro de 1504⁴⁹.

*

A ligação permanente ao Índico forçou a Coroa a reorganizar o funcionamento dos órgãos centrais do comércio ultramarino. Perante os novos desafios que se colocavam à Coroa, poderia ser a ocasião ideal para afastar um velho servidor, e confiar essa função tão importante a um indivíduo mais jovem, quiçá mais dinâmico. O rei, porém, manteve a confiança em Fernão Lourenço e, a 13 de Setembro de 1501, nomeou-o «tesoureiro e feitor de todos os trautos de Guinee e da myna de Çofalla e das Imdeas e de todallas outras partes que ja sam descubertas e se ao diante per nosso mandado descobrirem»⁵⁰. Passados dois meses, a 27 de Novembro, o monarca nomeou Jorge de Vasconcelos, fidalgo da Casa Real, para o ofício de «superintender na construção e aviamento das naus e navios do trato das Índias e Guiné»⁵¹. Algumas destas funções haviam sido desempenhadas até então pelo feitor, mas a nova dinâmica da expansão exigia um esforço acrescido na retaguarda e o feitor não podia coordenar sozinho um conjunto cada vez mais numeroso e complexo de actividades⁵².

Fernão Lourenço permaneceu no seu ofício por mais três anos. Finalmente, a 27 de Agosto de 1504, o monarca declarava que haviam chegado a um entendimento: o feitor renunciava ao cargo e passaria a vencer a partir de 1 de Janeiro de 1505 uma tença anual de 400 000 réis, e o rei assegurava ainda que por falecimento de Fernão Lourenço, sua mulher, Filipa Caldeira, teria direito a uma tença anual de 70 000 réis⁵³.

A aposentadoria foi breve. A 15 de Janeiro de 1507, a carta de quitação relativa aos últimos anos do seu serviço já era passada em nome de seus herdeiros⁵⁴. Desaparecia, assim, «hum dos magnificos homens daquelle tempo», nas palavras de Damião de Góis⁵⁵.

⁴⁹ Cf. PMA, II, p. 301, III, pp. 317-318. No primeiro período, a média anual andou pelos 68 491 021 réis, no segundo subiu para 73 654 331 réis. Cf. Manuel Nunes Dias, *O capitalismo monárquico português...*, vol. II, p. 136.

⁵⁰ Cf. PMA, III, p. 169.

⁵¹ PMA, III, pp. 199-200.

⁵² Sobre esta matéria vide *Regimento da Casa da Índia* (int. e prefácio de Francisco Mendes da Luz), Lisboa, Instituto de Língua e Cultura Portuguesa, 1992.

⁵³ Cf. PMA, III, pp. 393-394.

⁵⁴ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 38, fl. 6bis. Fernão Lourenço recebera outras cartas de quitação relativas ao seu ofício. Conhecemos a que abrangia o período de Agosto de 1488 a Março de 1494, emitida a 22/3/1497, e a que cobria de Abril de 1497 a Abril de 1502, assinada a 15/8/1503. Cf. PMA, II, p. 301; III, pp. 317-318.

⁵⁵ Damião de Góis, *Crónica do felicissimo rei D. Manuel*, parte I, cap. xxxv.

3. Um homem poderoso e influente

Como dissemos atrás, pouco se sabe sobre os primeiros 30 anos da carreira de Fernão Lourenço, mas quando o véu dos tempos se descobre ligeiramente encontramos, no reinado de D. João II, um funcionário que recebia um salário muito considerável para a época – 40 000 réis de mantimento por ano, pagos em espécie⁵⁶. Embora este pagamento não fosse feito em dinheiro, é óbvio que o feitor poderia negociar facilmente os produtos recebidos. No âmbito dos funcionários da Casa da Mina, era o ordenado mais elevado. Situando-nos no reinado de D. João II, podemos comparar o seu vencimento anual com o de outros oficiais. O chanceler perante o juiz dos feitos da Guiné recebia 4800 réis de mantimento⁵⁷; ao escrivão do almoxarife da Casa dos Escravos, em 1490, era paga uma tença de 4000 réis a que se acrescentava mais 6000 réis de mantimento⁵⁸; o almoxarife dos tratos da Casa da Guiné auferia 10 000 réis de mantimento⁵⁹, e o mesmo se verificava com o almoxarife da Casa dos Escravos, logo no início do governo de D. Manuel I⁶⁰. O único ofício cuja remuneração se aproximava da do feitor era o dos seus escrivães, que recebiam 20 000 réis de mantimento e uma tença de 10 000 réis⁶¹.

Se compararmos o vencimento de Fernão Lourenço com outros fidalgos desligados da máquina administrativa, notamos, por exemplo, que o assento de visconde em pouco o excedia, pois cifrava-se em 50 000 réis anuais⁶². Notemos ainda que, em 1484, Diogo Cão, cavaleiro da Casa Real, viu a sua participação nas viagens de descobrimentos recompensada com uma tença anual de 10 000 réis e uma carta de brasão de armas⁶³. Mais tarde, em 1500, Nicolau Coelho recebeu uma tença de 50 000 réis anuais pela sua participação na viagem de descobrimento do caminho marítimo para a Índia⁶⁴. Nos últimos anos da centúria quatrocentista, centenas de fidalgos, muitos

⁵⁶ Conhecemos os recibos relativos aos pagamentos de 1500 e de 1501. Em ambos os casos, foram entregues a Fernão Lourenço 28 moios e 38,5 alqueires de trigo, pelos 40 000 réis. Cf. PMA, III, pp. 63-64 e 143-144.

⁵⁷ Cf. carta de mercê do ofício, dada a João Fernandes da Ega, escudeiro da Casa Real, a 10/4/1486. PMA, I, p. 366.

⁵⁸ Cf. cartas de mercê, passadas a Diogo Lopes, escudeiro da Casa Real, a 1/4/1490. PMA, II, pp. 37-38.

⁵⁹ Cf. carta de mercê do ofício, dada a João Álvares, escudeiro da Casa Real, a 12/12/1488. PMA, I, p. 424.

⁶⁰ Cf. carta de mercê do ofício a Pero Pereira, cavaleiro da Casa Real, a 19/4/1496. PMA, II, p. 244.

⁶¹ Foram as condições dadas a Vicente Álvares, por cartas de 4 e 6 de Abril de 1487, a João de Lisboa, por documentos de 5 de Maio e 19 de Junho do mesmo ano, e a Estêvão Vasques, a 11 de Novembro de 1488 e a 31 de Dezembro de 1489. Cf. PMA, I, pp. 388-389, 391-392 e 423, II, p. 29.

⁶² Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da sala de Sintra*, vol. 3, p. 238.

⁶³ Cf. PMA, I, pp. 317-319.

⁶⁴ Cf. PMA, III, pp. 26-28.

deles veteranos das campanhas marroquinas, auferiam tenças bem mais baixas do que o ordenado do poderoso feitor da Casa da Mina.

Em 1501, um novo oficial da Casa da Índia passou a receber um vencimento igual ao do feitor. Tratava-se do superintendente na construção e aviamento das naus da Índia e Guiné. Conforme referimos atrás, este ofício articulava-se directamente com o do feitor, pelo que a paridade no salário afigura-se-nos natural.

Envolvido nos negócios ultramarinos, o feitor teria, além disso, outros benefícios ou possibilidades de enriquecimento⁶⁵. Embora o vencimento anual se tenha mantido inalterado⁶⁶, Fernão Lourenço era um homem de grandes posses, o que ressalta sobretudo na documentação referente aos últimos anos da sua vida.

Sabemos, por exemplo, que tinha casas na Golegã. A 15 de Maio de 1501, o rei deu-lhe licença para que esses imóveis fossem transformados num mosteiro da Ordem de São Jerónimo⁶⁷. Entretanto, a 26 de Outubro, o monarca doava a Fernão Lourenço o senhorio de Gestaçõ e Penajoias, em Trás-os-Montes⁶⁸. Uma longa carreira ligada à burocracia e ao comércio ultramarino acabou por transformar o simples escudeiro de 1449 num cavaleiro, senhor de terras e membro do Conselho régio.

No ano seguinte, a 22 de Fevereiro, a Coroa concedeu-lhe uma tença anual, hereditária, de 70 000 réis; esta era-lhe paga por conta da renda da judiaria de Beja que ele comprara a Jorge de Melo, fidalgo da Casa Real, pela quantia de 1 083 000 réis. Fernão Lourenço dispunha, pois, de somas avultadas, que lhe permitiam realizar este tipo de investimentos⁶⁹.

Era igualmente proprietário em Lisboa, na zona de Santos. Segundo Damião de Góis, «do seu fundou de novo hos paços de Sanctos ho velho, que depois el-rei dom Emanuel houve delle, per escaimbo de bens da Coroa que lhe deu»⁷⁰.

A tença final, doada em Agosto de 1504, foi, sem dúvida, o corolário da sua longuíssima carreira – o valor estipulado, 400 000 réis, era superior ao assentamento de muitos titulares de então. Veja-se, por exemplo, que no mês seguinte, D. Rodrigo de Melo, feito 1.º conde de Tentúgal nesse mesmo ano,

⁶⁵ Veja-se, por exemplo, que, a 4/12/1501, D. Manuel I fez mercê aos escrivães do Armazém da Guiné e Índias para que pudessem resgatar anualmente um escravo, e os mestres de navios de menos de 100 toneladas deviam-lhes pagar um cruzado de ouro, e mais um se a embarcação fosse de maior volume (cf. PMA, III, p. 203). Embora não tenhamos encontrado documentos que refiram explicitamente ganhos extra que estariam associados ao ofício de feitor, é de crer que esses privilégios existissem.

⁶⁶ A carta de mercê de 13/9/1501 estipulava o pagamento dos mesmos 40 000 réis anuais.

⁶⁷ Cf. PMA, III, p. 128.

⁶⁸ Cf. PMA, III, pp. 189-191.

⁶⁹ Cf. PMA, III, pp. 232-233.

⁷⁰ Damião de Góis, *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*, parte I, cap. xxxv.

viu o seu montante anual ser fixado em 359 241 réis⁷¹. Pouco antes, havia sido atribuída uma tença anual de 300 000 réis ao almirante D. Vasco da Gama⁷².

É provável que o rei esperasse não ter que dispendir essa verba durante muito tempo, mas a grandeza da tença tem, sem dúvida, um significado importante: era o prémio para uma carreira invulgar, quer pela duração quer pela natureza do segundo ofício, sobretudo nos anos cruciais de aprendizagem do trato do Índico e da organização sistemática de grandes armadas de longo curso; era a expressão da importância extraordinária do processo expansionista e do papel nevrálgico que era desempenhado pelo feitor da Casa da Índia.

Mesmo a pensão que ficou para a viúva, 70 000 réis por ano, era uma verba assaz considerável, se tivermos em conta, por exemplo, que nessa época a capitania de uma nau da Carreira da Índia valia 100 000 réis por uma viagem de ida e volta, que demorava pelo menos ano e meio⁷³.

Aparentemente, Fernão Lourenço não teve descendência que pudesse herdar o seu património, pois a 18 de Setembro de 1510 o senhorio de Gestaçó e Penajoiás foi doado a Tristão da Cunha. Na carta de doação o rei referia-se apenas ao penúltimo senhor dessas terras, Álvaro da Cunha, tio de Tristão⁷⁴.

*

Além de um homem abastado, Fernão Lourenço tornou-se num homem influente, o que transparece na documentação, sobretudo no último decénio da sua vida, precisamente no apogeu da sua carreira. Encontrámos, com efeito, várias mercês régias em que na justificação da decisão do monarca, além de se referirem as capacidades dos nomeados, era realçado o facto de serem criados de Fernão Lourenço.

Assim, a 12 de Abril de 1495, Luís Touro foi nomeado contador dos feitos e autos na vila de Viana⁷⁵. A 23 de Maio de 1499, Francisco Fernandes recebeu mercê do ofício de tabelião do judicial, cível e crime de Santarém e seu termo⁷⁶. A 21 de Fevereiro de 1504, Simão Gomes recebeu privilégio de escudeiro⁷⁷. O caso que se nos afigura mais relevante é, todavia, o de Duarte Rodrigues, igualmente seu criado, que foi nomeado tabelião-geral do Reino, a 9 de Agosto de 1502⁷⁸.

⁷¹ Cf. *Brasões*, vol. 3, pp. 367-368.

⁷² Cf. carta de mercê de 10/1/1502. PMA, III, pp. 214-217.

⁷³ Cf. A. A. Banha de Andrade, *História de um fidalgo quinhentista português. Tristão da Cunha*, Lisboa, Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1974, mapa 5.

⁷⁴ Cf. *Ibidem*, pp. 208-209.

⁷⁵ A mercê foi confirmada por D. Manuel I a 23/7/1497. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 30, fl. 127v.

⁷⁶ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 14, fl. 35v.

⁷⁷ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 22, fl. 19.

⁷⁸ Cf. PMA, III, p. 267.

Conclusão

Fernão Lourenço viveu numa época de mudanças rápidas. Como muitos outros, soube aproveitar o curso dos acontecimentos e tornar-se num dos protagonistas da história da Expansão Portuguesa. Permanecendo na retaguarda, não alcançou a fama, ao contrário de muitos dos seus contemporâneos, navegadores e guerreiros. A acção destes, porém, dependia, em primeiro lugar, do trabalho meticoloso dos oficiais e funcionários que trabalhavam sob as ordens do feitor.

Fernão Lourenço é, pois, uma figura emblemática das mudanças proporcionadas pelos Descobrimentos. É, além disso, um caso exemplar de uma nova figura que ganhava então contornos mais nítidos por toda a Europa – o servidor do Estado; um modelo que parece especialmente ajustado à realidade portuguesa do século XV, se tivermos em conta o processo de centralização político-administrativa precoce que decorreu aqui nesse período.

A sua carreira torna-o comparável a muitos outros funcionários que se distinguiram no serviço à Coroa desde o século XIV, e que só eram nomeados para cargos proeminentes depois de demorados tirocínios em funções de menor importância⁷⁹.

O seu desempenho enquadra-o, pois, no conceito de servidor do Estado, como é proposto, por exemplo, por Philippe Contamine: parece ter consagrado o essencial das suas forças ao serviço da Coroa, manifestando sentido de estado, e constituindo a sua fortuna pelo trabalho⁸⁰. Não conhecemos pormenorizadamente a vida de Fernão Lourenço, mas uma carreira de meio século, em que mais de 20 anos foram passados a administrar as verbas elevadíssimas que eram geradas pelo trato ultramarino, que jamais foi censurada, que foi aproveitada durante tanto tempo pela Coroa e que, finalmente, foi recompensada com benesses extraordinárias para o seu estatuto social, significa que D. João II e D. Manuel I viram nele um servidor competente e dedicado, enquanto os demais contemporâneos também o reconheciam como um dos «magníficos homens daquele tempo».

⁷⁹ Cf. Armando Luís de Carvalho Homem, citado por A. H. Oliveira Marques, *Nova História de Portugal* (dir. de Joel Serrão e de A. H. de Oliveira Marques), vol. IV, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp. 290-291.

⁸⁰ Cf. Philippe Contamine, «Le Moyen Âge a-t-il connu des serviteurs de l'État», in *Les serviteurs de l'État au Moyen Âge* (actas do XXIX Congresso da S.H.M.E.S.), Paris, *Publications de la Sorbonne*, 1999, pp. 9-20.